

Adusp

INFORMATIVO

1.936 termos de quitação da Ação do Gatilho já foram enviados ao banco

Continuamos procedendo ao pagamento dos beneficiários da Ação do Gatilho. Até o fechamento desta edição, já haviam sido enviados ao banco 1.936 termos de quitação (62,6% do total). A

imensa maioria dos beneficiários, 97% até o momento, concordou com o repasse de 0,5% para a Adusp. O crédito nas contas indicadas pelos beneficiários tem sido efetuado no prazo estipula-

do pelo banco (máximo de 72 horas), salvo algumas poucas exceções.

Permanece o problema daqueles colegas que não atualizaram seu cadastro. Precisamos da colaboração de todos

no sentido de avisar os beneficiários que ainda não receberam a correspondência relativa à documentação necessária para o pagamento, para que entrem em contato com a Adusp.

Como foi calculado o Imposto de Renda

Alguns colegas têm manifestado dúvidas quanto ao procedimento adotado pela Adusp para cálculo do Imposto de Renda (IR) relativo aos ganhos referentes à Ação do Gatilho. Por isso, esclarecemos o seguinte:

1. O cálculo foi feito segundo a Instrução Normativa 1.127/2011, da Receita Federal, atualizada pela Instrução Normativa 1.145/2011;

2. Essa instrução, em seu artigo 2º, parágrafo 1º, esclarece que esse tipo de ganho é tributado exclusivamente na fonte, no mês de recebimento, em separado

dos demais rendimentos recebidos no mês;

3. Essa instrução determina que o cálculo do IR a ser recolhido deve ser efetuado como segue:

- divida por 11 a base de cálculo do IR, que consta no demonstrativo encaminhado pela Adusp (pois o gatilho deveria ter sido pago em 10 meses, março a dezembro de 1987, e também no 13º, o que corresponde a 11 parcelas). Desse modo, obtemos a base de cálculo de cada parcela do IR, de acordo com a referida Instrução Normativa;

- verifique, na tabela da

Instrução Normativa 1.145, qual a alíquota (%) de IR correspondente à base de cálculo obtida acima e faça o cálculo do percentual correspondente;

- deduza do valor obtido a "parcela a deduzir do IR", que aparece ao lado da alíquota correspondente, na mesma tabela;

- multiplique o valor obtido por 11. Esse é o valor devido à Receita Federal, que será recolhido pelo Banco do Brasil. Pequenas diferenças são devidas ao rendimento do dinheiro entre a data do depósito e o momento

em que ele foi transferido ao beneficiário. Comunicaremos de que forma cada um dos beneficiários receberá o DARF correspondente a esse recolhimento.

4. Quando da declaração anual de ajuste, o valor recebido deverá ser lançado em "Rendimentos Tributáveis de Pessoa Jurídica Recebidos Acumuladamente".

5. Esse procedimento seguiu a orientação da advogada tributarista de um dos escritórios responsáveis pela ação do gatilho. Seus esclarecimentos estão, na íntegra, em www.adusp.org.br.

Nova Diretoria toma posse em 1º/7, com festa após assembleia

No próximo dia 1º/7, sexta-feira, às 18h, no Auditório da História, será realizada a assembleia de posse da nova diretoria da entidade, eleita em maio para um mandato de 2 anos. A seguir, teremos um jantar de confraternização no clube dos professores. Os associados da Adusp já devem ter recebido o convite! Não se esqueça de confirmar sua presença na festa pelos ramais 4465 ou 4466, para não faltarem comes e bebes!

Composição da diretoria eleita para a gestão 2011-2013:

Presidente: Heloisa Borsari; Vice-presidentes: César Minto e Elisabetta Santoro;

Secretaria: Carla Carvalho e Helder Garmes;

Tesouraria: Jessé D'Assunção Rebello de Souza Jr. e Marcelo Ventura Freire;

Diretorias regionais: Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Sérgio Souto e Fabiana Cristina Severi.

Assembleia da Adusp: valorização dos níveis iniciais da carreira e Conad

Na assembleia realizada no último dia 21/6, os docentes aprovaram os eixos da proposta, apresentada pela diretoria (*Informativo Adusp* 327), relativa à valorização dos níveis iniciais da carreira. Reconhecendo a importância e urgência do tema, os docentes presentes à

Assembleia, ainda que em pequeno número, decidiram delegar à diretoria da Adusp a definição final de uma proposta elaborada em conjunto com os colegas da Adunicamp e Adunesp para ser apresentada ao Cruesp. Encaminhamos ofício aos reitores reivindicando o

agendamento de uma reunião com as três AD's para tratar desse tema. Esperamos que essa reunião seja realizada ainda nesse final de semestre, dando encaminhamento à negociação de nossa pauta específica.

Nessa mesma assembleia, indicamos a delegação da Adusp

para o próximo Conad, a realizar-se de 14 a 17 de julho, em Maringá (PR). A colega Lighia Horodyski-Matsushigue foi indicada como delegada e os colegas Andrés Vereik, Helder Garmes, Kimi Tomizaki, Marcelo Ventura Freire, Luis Carlos Menna-Barreto e Rosângela

Sarteschi foram indicados como observadores. Durante esse evento, nossos colegas discutirão Movimento Docente e Conjuntura; Avaliação e Atualização dos Planos de Lutas dos Setores; Plano de Lutas Geral e Questões Organizativas e Financeiras.

Diretora do IP rejeita acusações de desmando e despotismo

“Repudio o termo criminalização e lamento que a Adusp me traga o constrangimento de tratar deste assunto de forma pública”, diz a professora Emma Otta

A professora Emma Otta, diretora do Instituto de Psicologia da USP (IP), enviou no domingo, 12/6, quando já estava fechada a edição 327 do *Informativo Adusp*, as respostas às perguntas que lhe enviamos no dia 8/6, a respeito da crise vivida pelo IP. Não dispomos de espaço para publicar integralmente o texto elaborado pela professora, que tem 17.600 caracteres com espaços, o equivalente a quase 3 páginas impressas deste jornal. Por essa razão, selecionamos os trechos mais relevantes. A íntegra estará disponível em www.adusp.org.br.

“Repudio o termo criminalização e lamento que a Adusp me traga o constrangimento de tratar deste assunto de forma pública. Discrição, pudor e respeito deveriam informar a prática jornalística de uma entidade como a Adusp”, diz a diretora do IP, que também contesta as acusações que lhe foram feitas no Ato de Indignação de 7/6, de desmando e despotismo. Ela assegura ainda ter recebido apoio de “grande número de docentes, funcionários e alunos que não compreendem a razão de um Ato de Indignação” e “questionam a motivação” dos organizadores do protesto.

A seguir, publicamos as perguntas encaminhadas pelo *Informativo Adusp* (em itálico) e as respectivas respostas da professora Emma Otta. Os destaques em itálico negrito em algumas frases das respostas são de autoria da própria diretora.

Catracas

1- Diversos participantes do Ato queixaram-se da falta de diálogo entre a Sra. e a co-

munidade, bem como da prática de desmandos e despotismo por parte da Diretoria. Por exemplo a instalação de catracas nos blocos, apesar de pesquisa com resultados desfavoráveis à medida; e a abertura de sindicância que envolve professores. Como a Sra. recebe essas críticas?

“A instalação de catracas nos Bloco A, F, G e Biblioteca foi aprovada em outubro de 2010 pela Congregação depois de meses de discussões e debates. Essa decisão conta com o apoio da maioria dos docentes da unidade, o que pode ser atestado por manifestação em consulta individualizada feita pela Direção. Destaco que foi realizada uma mesa redonda sobre segurança no IP (15/9/2010), por iniciativa da Diretoria. Em dezembro, recebi um abaixo-assinado de docentes e funcionários solicitando urgência na implementação dessa medida de segurança e a adoção de medidas adicionais”.

(O abaixo-assinado cita o sequestro relâmpago de uma professora, “de dentro do nosso estacionamento às 10h para saque de dinheiro em bancos”, em 7/12/2010; e “na lanchonete em frente à entrada do Bloco B, às 8h30, o assalto à mão armada” sofrido por uma doutoranda, no dia seguinte. Pede a colocação “de catracas nos diferentes blocos”, “cancelas nos estacionamentos” e “instalação de muro ou cerca para proteção do IP”.)

“Muitos estudantes foram contrários à instalação de catracas, assim como os funcionários do Bloco D. Os demais funcionários manifesta-

ram-se predominantemente a favor da medida. Não serão instaladas catracas nos Blocos B (Didático) e D (Centro de Atendimento Psicológico) por conta do levantamento de opinião. Futuramente, esta instalação poderá vir a ser feita, se os usuários desses blocos solicitarem”.

“Não há unanimidade de opinião em relação à instalação de catracas como medida de segurança no IP, mas a decisão tomada reflete a vontade da maioria. Não é particularmente agradável ler expressões como ‘prática de desmandos e despotismo da Diretoria’”.

Sindicância

“A Diretora do IP abriu uma sindicância considerando a gravidade dos fatos que ocorreram na Unidade: 1) a vida de um funcionário foi colocada em risco, 2) o professor se contrapôs à decisão da Direção de chamar o SAMU [N.R.: a diretora refere-se a docente que é tutor de um aluno que sofre de surtos psicóticos]. Portanto, **interferiu impedindo o atendimento médico** que era absolutamente necessário naquela situação”.

“É triste registrar que o sofrimento de um estudante seja usado para difundir acusações à diretora. Em respeito ao estudante não vou descrever os detalhes daquele incidente. Quem examinar o assunto e seus desdobramentos, **lendo a documentação disponível**, verá que as medidas tomadas foram absolutamente necessárias. O docente não tinha o direito de impedir o atendimento médico de emergência”.

“Espero que um problema sério de saúde mental seja tra-

tado de forma ética e não de forma política, com o aval da Adusp. Tenho recebido manifestações de apoio de um grande número de docentes, funcionários e alunos que não compreendem a razão de um Ato de Indignação e o atribuem a um pequeno número de pessoas e questionam a motivação destas pessoas”.

Criminalização

2- Também foi criticado o frequente recorrer à Guarda Universitária e à polícia para tratar do caso do aluno do IP que sofre de surtos psicóticos. A criminalização desse caso não é contraditória com a natureza do IP?

“Além da dimensão de saúde mental, há dimensões acadêmicas, jurídicas e de segurança a ser consideradas. Uma assistente social do IP, com a qual a Direção da Unidade está em contato, está servindo como referência. Essa assistente social foi indicada pela Comissão de Graduação e a escolha referendada pela Diretoria”.

“A tutoria não pode ser realizada, de acordo com parecer da Procuradoria Geral da USP, com o qual a Diretora concorda, por dois motivos: (1) caso seja entendida como atividade didática, não pode ser realizada durante período de trancamento de matrícula; (2) caso seja entendida como atividade terapêutica, não pode ser realizada porque docentes não podem acumular papel de terapeutas e de professores. Embora seja facultado o direito de transitar, não é possível permitir risco à integridade física das pessoas, nem dano ao patrimônio físico”.

“Quando uma situação foge ao controle, é preciso que isto seja reconhecido e que medidas cabíveis sejam tomadas por profissionais, com experiência no tratamento do problema específico. *Laissez-faire* e falta de assistência devem provocar nossa indignação. Espero que os problemas sejam superados e que o aluno possa voltar a frequentar o curso. Trata-se de um aluno brilhante que tem condições de concluir as disciplinas que lhe faltam para o bacharelado”.

Recursos

3- Qual é a prioridade na aplicação dos recursos da unidade? Há relatos de banheiros sujos e sem manutenção, ao mesmo tempo em que o bloco G tem até aquário.

“Há priorização de aplicação de recursos da Unidade em benefício do coletivo. Tenho recusado sistematicamente o atendimento de solicitações que atendem a interesses individuais. Não são financiadas viagens para o exterior, seja de docentes, seja de funcionários, para as quais podem ser obtidos recursos de agências de fomento. Os recursos são usados prioritariamente para manutenção dos nossos prédios”.

“Hoje temos três aquários em três prédios, com peixes ornamentais resistentes e de baixo custo, que são cuidados, voluntariamente, em seus intervalos, por alguns funcionários que gostam desta atividade e não a consideram desvio de função. A condenação dos aquários como desmando administrativo é uma surpresa para mim”.

“Resposta da diretora é superficial e evasiva”

Organizadores do Ato de Indignação contestam a professora Emma Otta

O fato de a diretora do Instituto de Psicologia, professora Emma Otta, haver tornado públicas, na página eletrônica da unidade, as respostas às perguntas que lhe foram enviadas pelo **Informativo Adusp**, levou o Coletivo do Ato de Indignação de 7/6 a formular o texto abaixo que, além de contestar aquelas respostas, defende o direito de debate público das questões que envolvem o IP, como reação legítima à ausência de diálogo.

*

A resposta da diretora Emma Otta ao *Informativo Adusp* não surpreende: retrata a modalidade de comunicação que se estabeleceu no IP-USP em sua gestão: problemas complexos e históricos são tratados como fatos isolados e fragmentados a serem analisados como temas de ordem jurídica.

O Ato de Indignação no IP, ocorrido em 7/6/11, foi realizado por um grupo significativo de nossos estudantes, professores e funcionários, inconformados com um certo modo de conduzir os assuntos institucionais, cada vez mais fechado à participação, ao diálogo e ao pensamento. Agir, protestar, chamar atenção para esses episódios é também uma maneira de cuidar do IP, assegurando a manifestação de posições e ideias dignas de consideração.

O debate de tais questões em um espaço público foi também uma resposta ao ideário corrente de que caberia a nós o papel de coadjuvantes e de espectadores nos processos decisórios que vinham e vêm acontecendo no

âmbito restrito dos colegiados e da direção. Reivindicamos destas instâncias reconhecimento e a interlocução com diversos coletivos que vêm trabalhando sobre os temas de interesse da comunidade. A denúncia da ausência de diálogo, da deslegitimação dos coletivos como interlocutores dignos, do apagamento dos conflitos existentes, da alienação e pobreza de decisões tomadas por exame só jurídico e unilateral, do esvaziamento do debate político pela supremacia do raciocínio tecnicista, da valorização autoritária da lógica gerencial e do ataque aos princípios democráticos da universidade pública, deuse com intenção de preservar a diversidade de debates teóricos, metodológicos e políticos que constituem a ideia mesma de universidade.

Distorções

Cada ponto debatido no ato de indignação — organograma, papel dos psicólogos e o CAP, atitudes autoritárias, criminalização de episódios concernentes à saúde mental, banheiros, bebedouros, catracas e outros — era mais um exemplo e um meio para a discussão alargada e não um problema isolado. Ao abordá-los, questionamos certo modo de tomada de decisões no IP: votações em bloco, pouco tempo para discussão, uso reiterado de argumentos de urgência para aprovação acelerada das propostas oficiais.

Algumas distorções precisam ser corrigidas. Sobre as catracas, trata-se de medida incoerente, pois só limita acesso aos prédios públicos, tornando-os locais restritos para pessoas autorizadas, enquanto os sequestros/roubos



Ato de Indignação realizado em 7/6 no Bloco G

citados para implementá-la ocorreram externamente aos prédios. O apoio à medida baseou-se em pesquisa de opinião e cálculos muito questionáveis. Desconsiderou ainda um abaixo-assinado contra as catracas, com grande número de assinaturas, e uma proposta de construção coletiva de uma política de segurança, acordada na mesa-redonda sobre segurança citada pela diretora, e apresentada à Congregação.

De maior gravidade é a postura da diretora em relação ao atendimento médico e psicopedagógico de um aluno. O docente, isoladamente acusado pela diretora de ter impedido atendimento de socorro ao estudante, foi o mesmo que fez parte do grupo que, naquela tarde: a) acompanhou-o na ambulância (SAMU) até o Pronto Socorro da Lapa; b) conversou com o psiquiatra de plantão sobre o episódio; c) providenciou o telefone dos pais do estudante. O docente reportou-se à diretora no dia seguinte, para inteirá-la daqueles passos, e auxiliou a

família na escolha de uma boa clínica de internação. Esse mesmo professor, membro suplente da Comissão de Graduação do IP, veio a integrar um grupo de tutoria aprovado pela CG, cujo objetivo é realizar encontros semanais com o estudante, encontros mensais com seus pais e o acompanhamento de todas as consultas psiquiátricas no HU. A mediação dos três professores tutores tem sido ativamente aproveitada pelo médico do HU, dedicado ao estudante, e pela assistente social, ambos oficialmente autorizados para o caso.

Tratamento calunioso

As afirmações da diretora envolvem mal-entendidos e percepção distorcida das ações do docente. Nas suas respostas à Adusp, o tratamento calunioso que reservou ao professor é um sinal do que pode ser produzido também contra o estudante e com consequências funestas. O parecer jurídico obtido pela diretora afirma que, devido ao trancamento da

matrícula do estudante, a tutoria é sem fundamento normativo; mas não afirma que seja ilegal, nem impede que o acompanhamento ao aluno continue. Abandoná-lo ou tratá-lo como caso de polícia seria desrespeitar princípios de direitos humanos.

Por último, não é possível rebater as questões de priorização dos gastos de recursos financeiros, pois as atas públicas não são divulgadas. Uma postura realmente democrática já teria enfrentado essa questão, não sendo necessário, a cada reunião de CTA e Congregação, realizarmos uma verdadeira mobilização por informações, pautas, documentos e consultas a estudantes, professores e funcionários para defesas de última hora do interesse coletivo.

Nosso ato reacendeu a ocupação do espaço público, visando os princípios de democracia e transparência nos propósitos e na condução das ações implementadas no IPUSP.

Coletivo do Ato de Indignação no IP

Daniel Garcia

Trabalhadores do Ceeteps decidem suspender a greve

Assembleia de funcionários e professores do Centro Paula Souza (Ceeteps) realizada em 13/6 decidiu suspender a greve iniciada exatamente um mês antes. No debate que antecedeu a votação sobre os rumos do movimento, foi avaliada a necessidade de realizar um recuo estratégico neste momento, manter a mobilização e acumular forças para avaliar as propostas concretas do governo nas próximas reuniões. Caso elas não atendam à categoria, o indicativo é de retomada da greve em agosto.

Na assembleia, os trabalhadores aprovaram a manutenção da comissão permanente de negociação, composta por membros do Sinteps e do Comando Central de Greve. Além de participar das negociações, esta comissão vai impulsionar o debate sobre a nova carreira nas unidades.

A decisão de suspender a greve foi tomada logo após o término da negociação entre o Sinteps/Comando Central de Greve e os secretários estaduais Paulo Barbosa (Desenvolvimento), Júlio Semeghine (Gestão) e a professora Laura Lağaná, superintendente do Ceeteps. Na reunião, o sindicato apresentou um estudo comprovando a possibilidade de concessão de progressão a todos os trabalhadores, sem que isso extrapole o orçamento do Ceeteps em 2011.

“Melhorias”

No dia 20/6 ocorreu nova reunião entre Sinteps/Comando Central de Greve, Superintendência do Ceeteps e representantes das secretarias de Desenvolvimento e de Gestão. O objetivo foi informar as “melhorias” para os servidores administrativos do Ceeteps, conforme havia sido acordado durante a greve.

A superintendente Laura Lağaná informou que haverá uma equivalência das carreiras

existentes no Centro com as demais carreiras do funcionalismo paulista. O critério geral utilizado, segundo ela, foi analisar a situação de cada função após a aplicação do reajuste de 11%. Para as que permanecessem abaixo dos salários recebidos nas demais carreiras, haverá a equivalência.

Assim, embora formalmente as “melhorias” estendam-se a 39,48% dos funcionários em emprego público permanente (celetistas, autárquicos e, inclusive, os aposentados), o que corresponde a 1.129 pessoas, a realidade não é bem essa. Na prática, os trabalhadores das referências 1, 2 e 3, que recebem hoje R\$ 630,00 (com o abono complementar), passarão a receber R\$ 700,00 na referência 1 e R\$ 710,00 nas referências 2 e 3. Ou seja, receberão, na prática, pouco acima dos 11% de reajuste.

Apenas 8,98% dos funcionários (257 pessoas) estão

sendo beneficiados, de fato, com a equivalência. Todos os funcionários com três anos de efetivo exercício, a partir de 1º de maio de 2008, concorrerão à progressão por mérito. Os que forem contemplados terão mais 5% sobre os novos salários, retroativamente a 1º de junho.

FIA em cena

No dia 21/6, nova reunião deu início às discussões sobre o plano de carreira. Além da superintendente e do vice-superintendente, professor César Silva, estavam presentes Gabriela Bayeh, da Secretaria de Gestão, e Luís Arnaldo Pereira da Cunha Júnior, da Fundação Instituto de Administração (FIA), contratada pelo Ceeteps para desenvolver o novo plano.

Nesta primeira reunião, foram apresentadas as premissas do plano. A superintendente frisou que não se trata de “posições fechadas”. Segundo ela, é preciso ter-



Bahiji Haji

Ato de lançamento da greve, em 13/5

mos claro que “nem tudo o que sonhamos é possível” e que “nem tudo o que foi discutido no âmbito do Ceeteps será necessariamente aprovado pelo governo, pois pode haver limitações orçamentárias”.

Ao final da reunião, os representantes dos trabalhadores enumeraram algumas propostas que consideram importantes no debate: estabelecimento de carreira única (ETECs e Fatecs); implantação de jornada para os docen-

tes; cumprimento, no mínimo, do que estabelece a Lei Nacional do Piso (1/3 da jornada destinado às horas atividades); incentivo efetivo à qualificação de professores e funcionários (afastamento remunerado também para as especializações, congressos e eventos das respectivas áreas etc); definição clara dos critérios de avaliação para todos os trabalhadores (professores, auxiliares e administrativos); definição de política salarial.

Docentes conquistam avanços salariais e suspendem greve nas estaduais da Bahia

Valeu a pena lutar: em 15/6, os professores das universidades estaduais da Bahia (Ueba) assinaram o termo de acordo salarial e o termo de compromisso referente ao decreto 12.583/11 (que estabelece procedimentos que restringem a execução orçamentária e financeira dos entes públicos estaduais e fere a autonomia das universidades), em reunião com o governo do Estado. Participaram da reunião representantes das quatro entidades que compõem o Fórum das ADs: as associações de docentes das universidades Estadual da Bahia (Aduneb), de Feira de Santana (Adufs), de Santa

Cruz (Aduse) e do Sudoeste da Bahia (Adusb), seções sindicais do Andes-Sindicato Nacional.

Na avaliação do Andes-SN, a assinatura destes termos significa uma importante conquista do movimento docente. A categoria se manteve em greve mesmo após a atitude autoritária do governo de suspender os salários por dois meses. A luta dos professores, com manifestações, atos e com a ocupação da Assembleia Legislativa da Bahia por sete dias, ganhou destaque na imprensa e repercutiu positivamente na sociedade, mostrando ao governo a disposição dos docentes em lu-

tar por suas reivindicações.

Os professores conquistaram a incorporação da CET (gratificação por condições especiais de trabalho) ao salário base, garantindo aumento real para os próximos dois anos, e retomada das negociações em janeiro de 2013, quando se fechará um novo acordo. Quanto aos efeitos do decreto 12.583/11 nas universidades, conseguiram arrancar do governo o compromisso formal de que serão realizadas reuniões para discutir e solucionar os problemas gerados por este instrumento legal. Além disso, ficou garantido que retornará às universidades estaduais a

responsabilidade pela tramitação dos processos referentes a afastamento para pós-graduação, promoções, progressões e mudança no regime de trabalho.

“Ainda temos muitas pautas de luta pela Universidade pública, gratuita e de qualidade e por melhores condições de trabalho. No entanto, as conquistas desta greve foram muito importantes. Ela deixou ainda mais nítida a importância da categoria se manter unida em torno do seu sindicato”, declarou o diretor da Adufs, Gean Santana, à repórter Renata Maffezoli, do *InformAndes*.